



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

Os ESCOMBROS DO CASTELLO:

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE UM DESMONTE EM TRÊS ATOS¹

THE RUBBLE OF CASTELLO:

THE REPRESENTATIONS ON A TEAR DOWN IN THREE ACTS

Rebeca Grilo de Sousa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN)

rebecagrilo.s@gmail.com

Resumo

Processos de modernização urbana, amiúde, caminham lado a lado a eventos de destruição. Seja como uma tabula rasa ou com ações pontuais, estes processos colocam em xeque parte da memória urbana, ao eliminar componentes da narrativa urbana. Intenta-se, ao revisitar processos de modernização urbana, apresentar uma nova leitura para os eventos de destruição ocorridos nas cidades. Ao identificar nestes episódios as representações sobre as demolições empreendidas no tecido urbano e fazer delas o substrato para reconhecer as sensibilidades que afloram nestes eventos, colabora-se para a História Cultural Urbana das cidades brasileiras, bem como apreende-se um dos processos de formação de sensibilidades hoje consolidadas (ou em processo de consolidação) como o de preservação do acervo construído.

Palavras-chave

Demolições. Representações. Memória. Melhoramentos urbanos. Morro do castelo.

¹ Este texto é baseado na dissertação de mestrado de minha autoria, defendida junto ao Programa de Arquitetura e Urbanismo da UFRN (SOUSA, 2016).



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

Abstract

Urban modernization processes often go hand-in-hand with events of destruction. Whether as a tabula rasa or with punctual actions, these processes call into question part of the urban memory, by eliminating components of the urban narrative. It is attempted, when revisiting processes of urban modernization, to present a new reading for the events of destruction occurred in the cities. By identifying in these episodes the representations about demolitions undertaken in the urban fabric and making them the substratum to recognize the sensibilities that emerge in these events, collaborates for the Urban Cultural History of the Brazilian cities, as well as apprehend one of the processes of formation of sensitivities that are now consolidated (or in the process of being consolidated) and preservation of the built heritage.

Keywords

Demolition. Representations. Memory. Urban improvements. Morro do Castelo.

1. Introdução

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu ([HALBWACHS](#), 1990, p 133).

Processo por vezes inevitável para que uma cidade seja transformada, as demolições formam um cenário transitório entre o velho e o novo. De seus escombros, as histórias que levaram os antigos edifícios a esta nova forma são sussurradas em poemas, crônicas, textos saudosos, fotos que intentam perenizar o que já estava fatalmente fadado a desaparecer.

Durante as primeiras décadas do século XX, muitas cidades brasileiras passaram por processos de demolições para a reestruturação viária e portuária, permitindo o alargamento, o alinhamento e a abertura de novas ruas, além da criação e melhoramento dos espaços públicos que, assim como as vias, objetivavam melhores condições de circulação e salubridade. Dentre os objetivos destas intervenções não estavam apenas os aspectos funcionais, mas também os de caráter estético, colaborando, dessa forma, para o embelezamento dos espaços públicos. Dentro deste quadro estão os casos da Avenida Central no Rio de Janeiro, da Praça da Sé em São Paulo e da Avenida Dantas Barreto no Recife, por exemplo. Engendraram-se demolições de casarios, de edifícios administrativos ou eclesiásticos, uma “destruição criativa” para que o novo e moderno surgisse. Ao voltar-se a leitura para as representações pormenorizadas acerca destes eventos de reforma e destruição, iluminam-se

elementos que podem suscitar discussões abrangentes para a história cultural urbana, apontando novos atores, interesses diversos, disputas entre leituras e projetos heterogêneos.

Iniciada sobre os velhos morros, espreado-se pelos novos aterros, sobrepostos lentamente por novas camadas de representações e imaginários transformadores, o Rio de Janeiro que atravessara a Colônia, que tornara-se sede do Império e, mais tarde, da República, urgia por mudanças em sua dimensão material a cada período de sua história. Mas foi apenas partir do início do século XX que algumas destas aspirações projetuais encontraram respaldo político, técnico e econômico para serem finalmente implementadas. A junção dos princípios modernos de salubridade, circulação e embelezamento, com as intenções de inserir o Brasil efetivamente no mercado internacional, deram a sua porta de entrada – o Rio de Janeiro – a oportunidade de se tornar o cartão de visitas com feições de urbe moderna.

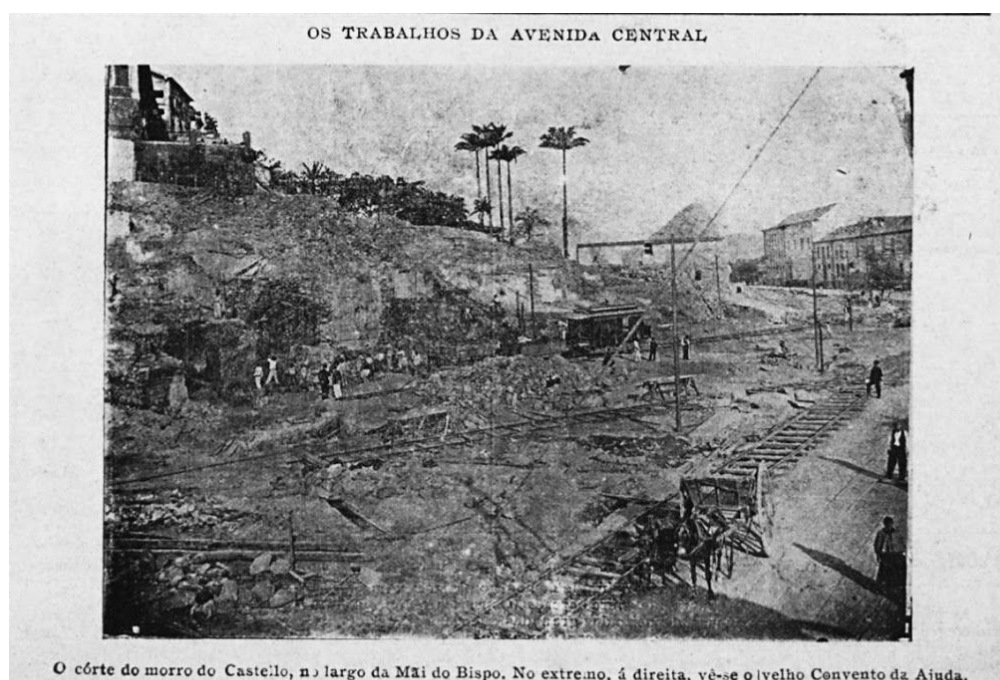


Figura 1 - Primeira etapa do desmonte do Morro do Castelo, à direita do quadro, o Convento da Nossa S. da Ajuda - (s/ autor) - 1905

Fonte: Acervo da revista "O Malho" na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional – Disponível em: <
<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>, acesso em: 22/03/15.

Neste cenário de grande anseio por mudanças na materialidade da cidade, que se estende sensivelmente até o final da Primeira República, o Morro do Castelo e o Convento da Ajuda ocupavam a cabeceira da nova artéria da cidade inaugurada em 1905 ([Figura 1](#)) e



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

representavam o difícil arremate da obra iniciada pelo prefeito Pereira Passos (1902-1904) e pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Seu fim era questão de tempo, diziam que era “um cemitério dos vivos”², “um polypo a ser extirpado”³.

A incômoda presença dos dois elementos à cabeceira da Avenida contrapunha o moderno, o salubre e o belo projetado para a capital federal carioca, materializavam a permanência de um passado que se intentava a todo custo superar. Não há dúvidas de que para a execução do projeto de tal magnitude necessitava-se de um sustentáculo imagético e técnico que estivesse sendo forjado ao longo de um período até se alcançar o momento ideal para ser implementado, com amparo projetual, demanda social, econômica, cultural e respaldo político. A partir da materialização inicial do imaginário urbano formulado desde o final do século XVIII, os empreendimentos urbanos iniciados por Pereira Passos se desdobraram em outras iniciativas, cada vez maiores, antes inimagináveis e inconcebíveis ao cidadão carioca. O avançar das renovações urbanas durante as primeiras décadas do século XX somava novas camadas e demandas ao imaginário urbano carioca, que passa a comportar os novos estylos que se contrapunham, em maior ou menor medida, ao acervo urbano existente na área central da capital federal que se torna indesejado: Que se extirpem os polypos!

2. Morro do Castelo e o desmonte em três atos

Imprescindível para a narrativa urbana do Rio de Janeiro, o Morro do Castelo era peça fundamental na paisagem e memória carioca, *locus* de sua fundação e balizador do crescimento urbano. Convém compreender no período de fundação da cidade, que a divisão das sesmarias do Rio de Janeiro foram divididas mormente entre as ordens religiosas, a coroa portuguesa e alguns nobres (FRIDMAN, 1994, p.13). A presença constante e massiva dos religiosos, garantida pela união Estado-Igreja, permitiu a difusão de seus templos e ideais nas colônias portuguesas, bem como o incipiente controle do Estado com relação as suas normas civis direcionadas a conformação urbana que assegurou maior destaque para as diretrizes eclesiásticas na definição de atividades e direcionamentos da expansão territorial (ibid.; FRIDMAN, 2006, p.1).

Entre as ordens religiosas primeiras, os terrenos estavam divididos entre jesuítas, carmelitas, franciscanos, beneditinos e capuchinhos. Os Jesuítas detinham a maior parte dos territórios doados pela coroa ou comprado de particulares (FRIDMAN, 1994, p.1), inclusive no Morro do Castelo, onde eram maiores detentores de terra. Os beneditinos ocupavam uma

² Olavo Bilac, 1905.

³ Carlos Sampaio, 1921



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

pequena parte do Castelo, enquanto os Capuchinhos e Carmelitas, instalaram-se diretamente na várzea, estes últimos nas proximidades do Porto e, por fim, os franciscanos eram os únicos a ocuparem os arrabaldes da cidade, por se tratar de uma ordem mendicante ([FRIDMAN](#), 2006, p.6). Posto isso, as explanações ao longo desta seção residem, também, na origem da formação do território tradicional da cidade do Rio de Janeiro como uma das possíveis raízes para o desaparecimento de boa parte de seu acervo construído da época de sua fundação.

A ocupação do morro, para além da eclesiástica, compunha-se de residências de nobres, abastados e “chácaras virentes” que desfrutavam da privilegiada paisagem no alto de seus 63 metros de altura, mas foi apenas até o final do século XVIII em que morro ainda deteve o status de paragem salubre, tranquila e de clima fresco ([EDMUNDO](#), 2003, p.123). É no começo do século XIX que a ocupação do Castelo e das áreas centrais do Rio de Janeiro passam a ser indesejadas pelas classes abastadas. Não tarda para a alta estirpe carioca se deslocar para os subúrbios da cidade de onde poderia se “julgar nos arredores de uma das maiores cidades da Europa” ([SAINT-HILAIRE](#), 1938, p.63).

O Castello era apontado como uma das barreiras que impediam a circulação dos ventos na capital carioca. Em 1798, o Senado da Câmara convocou alguns médicos da cidade para conjecturar quais seriam as causas das epidemias que “havia muito, nos afligiam e preocupavam, teve o Monte esta condenação pelo Dr. Manuel Joaquim Moreira, notável médico da terra” ([EDMUNDO](#), 2003, p.124). Em 1813, publica-se no jornal O Patriota, uma série de medidas feitas pelo médico Joaquim de Medeiros visando diminuir as endemias que ocorriam na cidade, atribuídas aos problemas das edificações e da ventilação aquém da demanda: “poderia de huma vez arrancar as principaes causas das enfermidades endêmicas do Rio de Janeiro [...] que se arrazasse o morro do Castello, ficando por muita equidade somente intacto o lugar do Convento” ([O PATRIOTA](#), janeiro de 1813, p.13). Imbuído desta perspectiva higienista que tomou força ao longo do século XIX, o arrazamento do Morro do Castello passou a ser visto como uma medida profilática.

Propostas diversas foram apresentadas fossem por engenheiros militares como Conrado Niemeyer e Pedro Bellegarde em 1838 ou por membros da sociedade que se julgavam capazes de cumprir tal empreitada como o José Clemente Mendonça, que em 1839 envia à Câmara dos Deputados um documento de trinta páginas propondo maneiras de arrasar o morro e arruar a região ([MENDONÇA](#), 1839, *passim*). Entre os projetos mais conhecidos estão o do engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan, diretor de Obras Públicas da cidade que em 1843 apresentou um relatório geral sobre a cidade e propôs, dentre várias intervenções, a derrubada do Castello e de outros morros por considerá-los danosos a saúde



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

pública. Pereira Passos em 1875 e Carlos Sampaio, em 1891, acabam por propor alternativas para obra, inviabilizada pela crise que havia na época e pelos transtornos que poderiam causar no campo político ([PINHEIRO](#), 2011, p.159). O século seguinte mudou a sorte destes dois últimos que conseguiram atingir seu intento. Os três atos que narram a história do Castelo remontam ao seu primeiro corte em 1905, ao segundo arrasamento em 1920, interrompido pela falta de verbas e pela urgência em se construírem os edifícios da Exposição da Independência, em 1922 e, por fim, a derradeira fase de arrasamento ocorrida no início de 1923⁴.

3. A primeira fase do *arrazamento*: O corte

O primeiro ato do desaparecimento do Castello inicia com o Manifesto à Nação feito por Rodrigues Alves, seguido pela posse de Pereira Passos como prefeito da cidade. A repercussão nos periódicos mostrava a euforia com um novo momento que se principiava para a capital federal pela renovação urbana que seria empreendida no Centro da cidade. Os periódicos passam a ter como tema constante a cidade que habitava no imaginário dos promotores dos Melhoramentos, assimilando e reproduzindo os discursos que justificavam tamanha iniciativa. Enfim a cidade estaria de acordo com as novas perspectivas políticas, econômicas, estéticas e “sociais”, engendradas desde o final do século anterior. A incômoda presença dos populares com seus parques costumes e habitações “anacrônicas” finalmente seriam superadas pela urbe salubre e moderna. As fronteiras invisíveis da cidade já existiam, o Castello era uma montanha repleta de mistérios, lendas e lugares-comuns disseminados para aqueles que sequer um dia haviam posto os pés em suas ladeiras; esta experiência urbana, privada de sua totalidade, foi retratada por Machado de Assis em *Esaú e Jacó* (1904):

Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés ([ASSIS](#), 1904, p.3).

Era por conta do mistério do Morro que se tornavam comuns e bem sucedidas as histórias contadas sobre ele, fossem verdadeiras ou não. Um dos primeiros trabalhos de Lima Barreto, por exemplo, foram as crônicas publicadas em 1905 como folhetim no *Correio da Manhã*, intituladas *Os subterrâneos do morro do Castelo*. A história da existência de um tesouro deixado pelos jesuítas quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII entretinham e mobilizavam os cariocas a voltarem seus olhares para o morro. Por

⁴ O Castello deixou poucos vestígios físicos, ao lado da Igreja de Nossa Senhora de Bom Sucesso está um trecho da Ladeira da Misericórdia, interrompida por um barranco.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

vezes os periódicos noticiavam as tentativas frustradas dos munícipes e da edilidade em encontrarem qualquer vestígio dos jesuítas ao sopé do morro. Em outra publicação se atestava a existência de um documento deixado por um pai ao seu filho, indicando como e onde estariam os tesouros do jesuítas ([O MALHO](#), 6 de maio de 1904).

Esperavam-se que as reminiscências coloniais e imperiais fossem sobrepostas por uma nova ordem que asseguraria aos cariocas o lucro, a saúde e o bom gosto. A construção da Avenida era vista como um processo catalisador de toda a modernidade que o Rio de Janeiro havia sido privado até então. As matérias escritas do anúncio das reformas de Pereira Passos até o ano das inaugurações justificavam as perdas que ocorriam para aqueles que haviam sido prejudicados de qualquer forma pelo empreendimento da prefeitura. As obras de melhoramentos eram também a reafirmação dos valores republicanos de acordo com alguns jornais, outros iam além, afirmavam que a partir construção da avenida era que se começava a independência do Brasil, por isto o nome da avenida deveria ser sete de setembro porque ali era se dava ao Rio de Janeiro a alforria do status de cidade colonial:

A Avenida é o traço mais vivo, mais vigoroso dessa phase nova. Ella rompeu definitivamente o laço que nos prendia à rotina, aos prejuízos aos hábitos, aos moldes estheticos de 1822. [...] E de resto o saneamento pelo ar, pela arvore, pela beleza, que restituirá ao Rio aquella fama antiga de fonte de saúde que o cortiço e a casmurrice fizeram perder. É esta a melhor as profilaxias; e graças aos dois grandes hygienistas que se chamam Lauro Müller e Pereira Passos, a velha S. Sebastião será em anos próximos a mais deliciosa das capitães, quando o ultimo rato fugir de sob a ultima ruinaria derrubada e o derradeiro mosquito desaparecer sob a derradeira braçada de flores... ([BILAC](#), setembro de 1904, s/p).

As dimensões das obras e o impacto na urbe pelas demolições para alargar as ruas e construir a Avenida modificavam a percepção de todos diante da cidade. Surgiam pequenas manifestações de saudosismo imbricadas com a certeza de que a demolição era a alternativa correta para que o Rio de Janeiro alcançasse o intento partilhado por seus promotores. Na primeira fase do corte foram postas abaixo as antigas casas de fidalgos (muitas delas utilizadas como cortiços e pensões) e o Seminário de São José ([NONATO e SANTOS](#), 2000, p. 216). Disse Olavo Bilac em 1905 que o Morro – as vésperas de seu primeiro desmonte - estava em tal estado de insalubridade e degradação que era um “cemitério dos vivos” ([BILAC](#) in: Gazeta de Notícias, 05 nov 1905).

A circulação dos ventos como medida profilática era aventada desde o século XVIII, e era este o argumento mormente utilizado para justificar o alargamento das ruas e a derrubada dos morros na capital carioca. A primeira contraposição a esta perspectiva que repercutiu



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

entre os jornais e políticos veio do arquiteto Joseph Bouvard, que aportou no Rio de Janeiro, em 1907, rumo à Buenos Aires. Bouvard percorreu a cidade e combateu a ideia da demolição do Morro, teceu uma série de argumentos como a de ser uma falácia afirmar que a derrubada traria ao centro da cidade a ventilação desejada, enfatizou que o Castello era um quadro a ser preservado pela beleza pitoresca tanto das construções mas também dos castelenses e seus costumes, o pitoresco estaria também em uma escala maior, com relação a cidade. A orografia compõe as surpresas da cidade e por isso deviam ser mantidas, a planície seria óbvia e maçante ([O PAIZ](#), 21 abril de 1907, p.1).

Logo após o início do primeiro corte, iniciaram-se as reclamações sobre os transtornos criados pela empreitada⁵. Apesar do vínculo sentimental de alguns cidadãos com aquela região da cidade ter sido ferido com o arrasamento de parte do velho Castelo, o fator de preocupação para a sociedade – ao menos parte dela –, era o destino das famílias desabrigadas pela demolição de suas residências. Em meio a tantas demolições na área central da cidade, havia uma parcela da imprensa que ficou consternada com a situação da população que seria forçadamente retirada de suas casas sem perspectivas de uma nova moradia a ser oferecida pelo governo ([Figura 2](#)). As demolições por vezes ocorriam com pouco ou nenhum aviso prévio, eram constantes os relatos de pessoas que viajavam e quando retornavam a suas moradias no Castello se depararam com o vazio. Isto se devia a liberdade total solicitada por Pereira Passos a Rodrigues Alves para comandar os melhoramentos urbanos com a mesma autonomia que teve Haussmann em Paris (REIS *apud* [PINHEIRO](#), 2011, p.126).

⁵ O Jornal do Brasil, em 1905, criou uma série de reportagens denunciando o descaso em que se encontravam as vítimas diretas das demolições. Em uma delas os operários do bairro de Engenho de Dentro denunciavam a precariedade da moradia, o aumento dos aluguéis, o desemprego, a falta de comida e de água, atribuindo diretamente às reformas feitas no centro da cidade a causa destes fatores. Numa outra reportagem, um ex-ministro afirma, dentre outras coisas, que a edilidade estava deixando de lado todas as suas outras atribuições para com a sociedade e se dedicava apenas as onerosas obras de remodelação da cidade. (BRENNAN, 1985, p358-365).

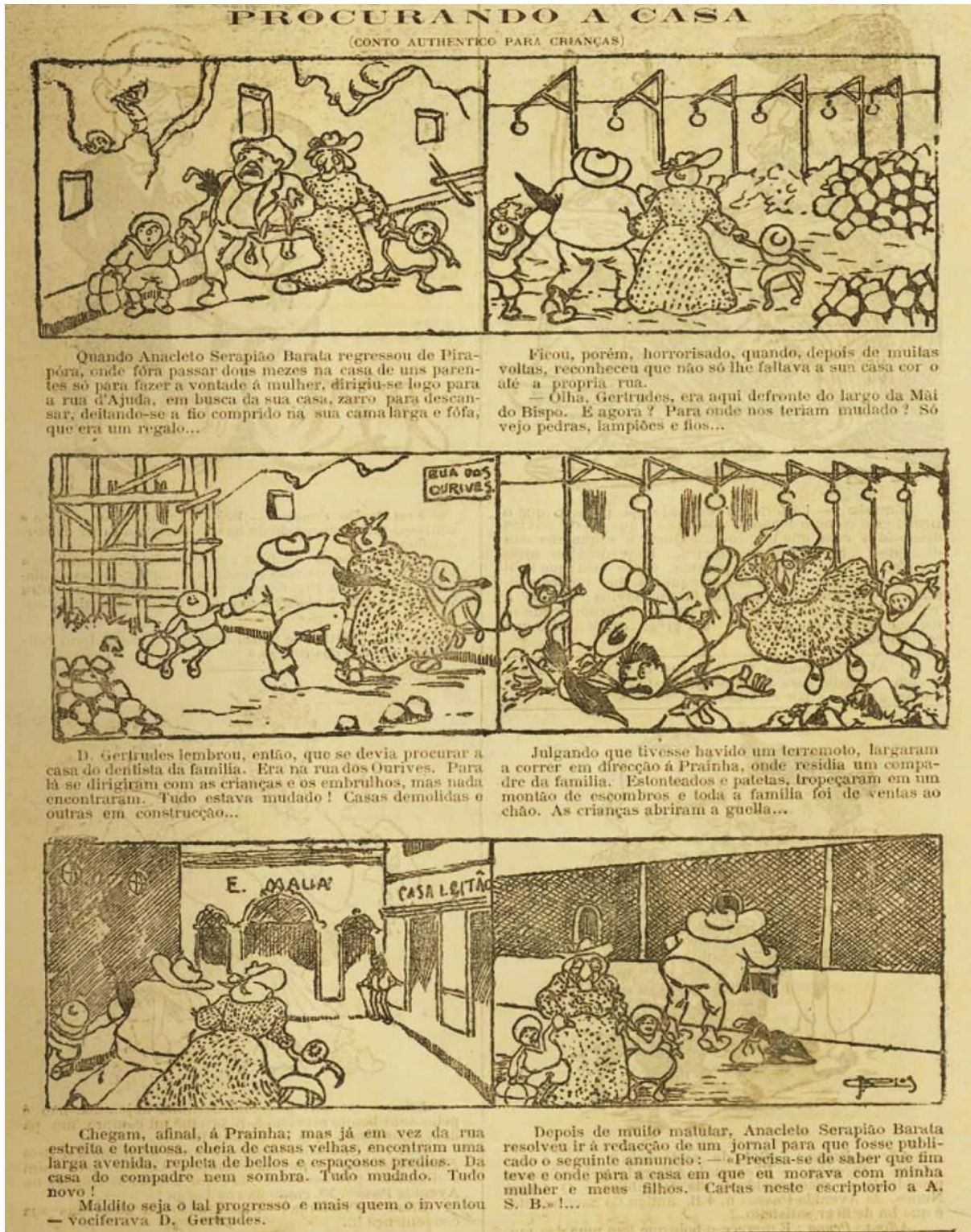


Figura 2 - Tirinha - "Procurando a casa"

Fonte: O Malho, 2 de abril de 1905, s/p.

No começo de 1903, o Prefeito havia assegurado total poder para intervir no espaço urbano e dissolvido o Conselho Municipal por seis meses, assegurando que suas deliberações não seriam impedidas (ibid.) A sua postura era tida como ditatorial, mas tinha o respaldo do Presidente Rodrigues Alves. O prefeito "não atende a nada nem a ninguém, sequer às ordens judiciais, derrubando, à noite, edificações protegidas judicialmente. De todo modo, Passos tem uma grande aceitação popular e da imprensa em seus atos autoritários." (PINHEIRO, 2011, p.126).

Enquanto estava em curso o desmonte, alguns dos jornais da época passaram a condenar a maneira como se conduziam as obras, não apenas pelo descaso com a população pobre que ali habitava, removidos de forma truculenta e sem perspectivas de receberem as residências prometidas a todos pela edilidade; e também se percebia que estava eliminada a possibilidade de se embelezar o morro com a retirada "de seu declive mais suave, onde foi o seminário"(A NOTÍCIA apud [NONATO e SANTOS](#), 2000, p.217).

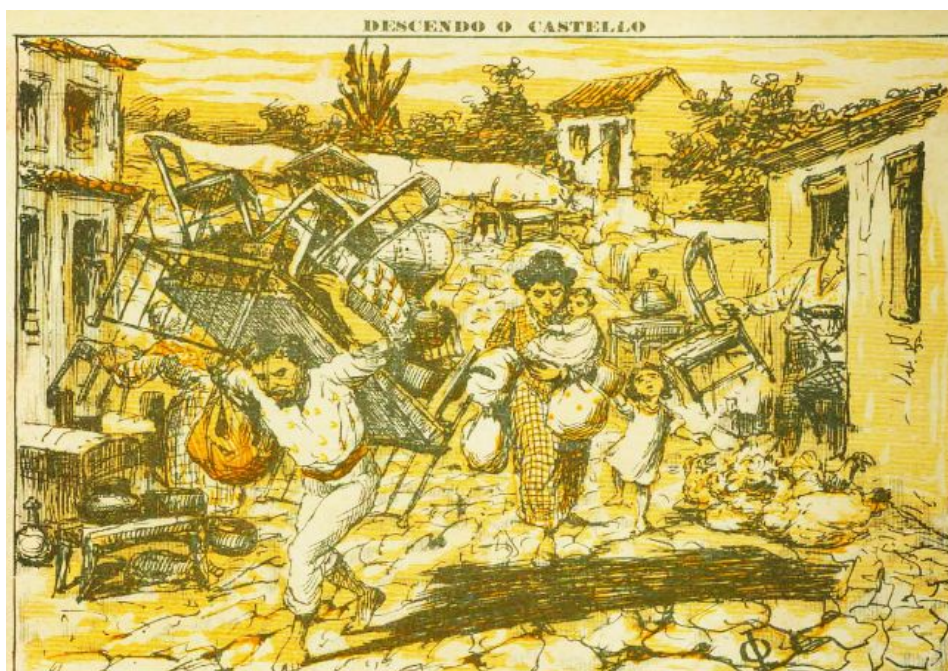


Figura 3 - Charge "Descendo o Castello" – 1905 – s/a .

Fonte: O Malho, 2 de setembro de 1905, p.14.

As charges e outras publicações da era Passos retratam o desespero da população que não tinha para onde ir ([Figura 3](#)) e que havia sido posta de lado pelo governo diante das obras que se planejavam e construam na cidade. Pela negligência e truculência com os populares,



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

Passos assinalava que as obras que empreendiam se destinavam apenas a uma parcela da sociedade. O Prefeito iniciava na sua gestão a intenção comum entre os membros da elite de apagar do Centro da cidade a parcela considerada indesejada. Ao eliminar os populares da cidade renovada causava uma amnésia “geral” da permanência recém-encerrada e das manifestações materiais e cotidianas da sua apropriação do espaço; o que consistia na reconstrução do passado histórico ([RICOEUR](#), 2003, p.7), que elimina o existente e constrói o novo sem deixar remanescentes, a narrativa urbana se privava de um dos seus atores.

O impacto econômico das obras de Passos acabou por deixar a Prefeitura do Rio de Janeiro afundada em dívidas que demoraram a serem sanadas. Somado ao impacto social, que mobilizou o processo de favelização e migração dos populares para os subúrbios e acabou por mudar até mesmo a conotação para o termo ([FERNANDES](#), 2011, p.102). Os efeitos negativos da reforma não bastaram para que se descartasse a demolição total do Morro. Ainda que Bouvard tivesse argumentado que permanência do Morro seria a alternativa mais conveniente, o arrasamento permanecia como ideia viável e benéfica. Em 1912 foram apresentados ao Congresso Nacional três projetos de arrasamento do Morro do Castelo, sendo um deles recomendado para a execução sob os argumentos de salubridade e renovação estética já disseminados e recorrentes na época ([KESSEL](#), 1997, p.31.).

A negligência com os populares exposta na gestão de Passos, permanece ao longo dos anos, mas na impossibilidade de muitos destes manifestarem diretamente as condições em que viviam e os efeitos negativos das obras em seu cotidiano, as vozes respeitadas dos religiosos da cidade tomavam a frente, como fez o Frei Jose de Castrogionanni que entregou ao prefeito Bento Ribeiro (1910-1914) uma representação em nome dos castelenses. Pedia, dentre outras coisas, que fossem realizadas obras de reparo da ladeira do Seminário, um dos acessos do Morro do Castelo danificados, que teve a sua manutenção negligenciada ao longo dos anos assim como era feito com o bem estar do povo que nele habita:

O Morro do Castello sempre foi um desprezado, de quem só se lembra para ameaça-lo. Acham-no feio o plebeu, não se recordando de que só não é bello porque não cuidam delle, não lhe dispensam as solicitudes que prodigalizam a outras zonas mais felizes. Houve um tempo, não muito remoto, em que era moda consideral-o um trambolho a pedir seu arrazamento, como o senado romano pedia o de Carthago ([O PAIZ](#), 25 de outubro de 1905, p.5).

Na mesma página, logo abaixo da carta do Frei, foi publicada a perspectiva do periódico que endossava a argumentação do religioso e assinalava que a manutenção era devida a sua importância histórica, como “geratriz da cidade e é ainda hoje repositório das



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

suas mais caras relíquias” e por sua localização ao fim da Avenida Central a manutenção seria de interesse também da edilidade ([O PAIZ](#), 25 de outubro de 1905, p.5). Por um breve momento, na gestão de Sá Freire (1919-1920), foi aventada a possibilidade de se manter o Morro do Castelo e embelezá-lo, transformando-o em um logradouro público. A proposta não comportaria a manutenção de todo o acervo construído do Castelo, mas pouparia a cidade e os castelenses dos transtornos vividos à época de Passos. Por conta do anúncio do prefeito em exercício, algumas manifestações de leitores aparecem nos jornais propondo alternativas para que este intento fosse viabilizado. Em uma destas propostas o leitor recorda ao gestor que havia edifícios a serem conservados como a Igreja de São Sebastião e que poderiam ser construídos Museu e uma ponte ligando o morro ao de Santo Antônio bem como um projeto de arborização com plantas brasileiras ([CORREIO DA MANHÃ](#), 11 de janeiro de 1920, p.3). Não por acaso, o jornal A União - cujo editorial atendia aos interesses do arcebispado da cidade que por sua vez detinha os maiores imóveis do Morro - publicou um artigo em que justapõe as argumentações contrárias e favoráveis à permanência do Castelo, mas assevera que esta última só deveria ocorrer se os reparos que solicitavam fossem executados, assim como retoma a ideia de que morro não seria uma barreira que impediria a ventilação, ao contrário, sua eliminação e transformação em terreno planificado aumentaria o calor, remetendo ao caso de Madrid onde teria ocorrido efeito semelhante ([A UNIÃO](#), 15 de janeiro de 1920, p.1).

4. Que extirpem o polypo! O arrasamento do Castello

As expectativas de que o morro se mantivesse intacto foram postas abaixo ainda em 1919. Mesmo que Sá Freire estivesse no poder, seu sucessor, Carlos Sampaio, se elege como Prefeito do Rio de Janeiro, e era sabidamente conhecido por seu interesse em arrazar o Castelo desde o final do século XIX. O temário do morro do castelo a ser desmontado volta a protagonizar as publicações cariocas. Fosse pelas memórias do primeiro corte ocorrido em 1905 ou pela nova ameaça de desaparecimento do Castelo, Lima Barreto manifesta-se em [Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá](#) (1919) e fazia uso do seu narrador para falar um pouco de si. Barreto se sentia verdadeiramente um suburbano e pertencente às classes populares, tanto por morar no subúrbio central no bairro de Todos os Santos quanto por apelidar sua residência de “Vila Quilombo”.⁶ O protagonista de Barreto vê um cenário de sua infância destruído, parte de sua memória emotiva se perdia por conta das demolições no velho Castelo. Este processo de perda retratado por Barreto remonta aos processos traumáticos de perda dos

⁶ SCHWARCZ, 2010. p.30.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

locais de memória, onde as referências pessoais dos indivíduos são mutiladas pelo apagamento, permanecendo sua existência apenas na memória ([BARRETO](#), 1919, p.56).

Finalmente empossado, Sampaio profere seu primeiro discurso onde confirma que a demolição do Castello seria uma realidade em um futuro próximo, por ser um polypo a ser extirpado que asseguraria a ventilação da cidade e auferiria lucros a Prefeitura pela venda dos terrenos que surgirão com alta valorização. As obras que seriam propostas por Sampaio foram duramente criticadas pelos colegas da prefeitura pelo alto custo, curto prazo para execução e a incerteza de que ficariam prontas a tempo da Exposição Mundial da Independência, que ocorreria em sete de setembro de 1922. O material do desmonte serviria, entre outras coisas, para formar o Aterro do Calabouço que comportaria o evento ([CORREIO DA MANHÃ](#), 2 de junho de 1920, p. 1).

A proposta de eliminação completa do Morro em tão pouco tempo e a alteração da paisagem da cidade, somada as percepções que alguns cidadãos construíram ao longo das outras demolições do acervo tradicional da urbe, acabaram por mobilizar os indivíduos que compreendiam que o processo de demolição poderia ser negativo para a cidade por ferir sua memória. Dentre estes estava Monteiro Lobato, que em 1920, pedia que não se arrasasse o Morro. Compreendia, como muitas testemunhas da demolição⁷, que o interesse da edilidade estava longe de ser a ventilação que a demolição alegadamente conferiria e sim os lucros que adviriam desta empreitada:

Anacronismo vivo, D. João VI paredes-meias com Epitácio, século XVI entreaberto à curiosidade do século 20, sobrevivência fossilizada de eras para sempre perdidas, é um ancião de barbas brancas, de cócoras à beira-mar, rememorando o muito que já lhe passou diante dos olhos. Mas triste. Percebe que virou negócio, que o verdadeiro tesouro oculto em suas entranhas não é a imagem de ouro maciço de Santo Inácio e sim o panamá do arrasamento. E desconfia que seu fim está próximo. Os homens de hoje são negociastas sem alma. Querem dinheiro. Para obtê-lo venderão tudo, venderiam até a alma se a tivessem. Como pode ele, pois, resistir à maré, se suas credenciais - velhice, beleza, pitoresco, historicidade - não são valores de cotação na bolsa?" (LOBATO *apud* [KESSEL](#), 1997, p.36).

Uma constante nos eventos de demolição está na narrativa que desqualifica o edifício, monumento ou paisagem como elemento pertinente a história da cidade. A memória é

⁷ Durante a gestão de Sampaio os periódicos insinuavam com recorrência as operações suspeitas que este realizava. O jornal A Noite denunciou: "Para dissimular ate a ultima hora a miséria do erário, o ex-prefeito mentiu ao presidente da Republica quando informou que deixava em caixa 4000 contos, ao passo que não foram encontrados na mesma por seu sucessor, senão 400. Neste capitulo da fraude official, o Dr. Carlos Sampaio era, allias, insuperável. Desviou o saldo do empréstimo do Castello, na importância de 30000, para destino desconhecido." (A NOITE, 6 de dezembro de 1922, p.1).



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

subvertida, composta de elementos que revestem o elemento a ser preservado de uma irrelevância que justificaria sua eliminação. Este processo de apagamento ou subversão de uma memória parte de um processo de rompimento entre o vínculo de recordação e de transmissão de uma tradição, o que na dimensão material, tornaria um local da memória ilegível; outras leituras, por sua vez, também podem tomar força neste processo ([ASSMANN](#), 2011, p.336). Em publicação da revista O Malho foi veiculado um texto que tenta pormenorizar o significado do Morro para a história e porque o Rio de Janeiro não fora fundado naquele local (e sim na Praia Vermelha e no Forte de São João), que a cidade possui outros tantos morros, outeiros e colinas e que a cidade não precisa do “kisto”, corroído por todos os lados. Logo, de acordo com a publicação, não haveria sentido em se reclamar a permanência do Morro haja vista que este não seria vinculado de fato à história carioca como se pensava e que: “A opinião pública faz tanto caso do Morro do Castello como da primeira camisa que...não vestiu” ([O MALHO](#), 11 de setembro de 1920, p.15). Este argumento que tenta invalidar ou alterar o significado de uma memória era a estratégia necessária para garantir que não haveria mais lembranças pertinentes ao local, o que asseguraria que não haveria mobilização para mantê-lo ([ASSMANN](#), 2011, p.347).

Em 1921 o arrasamento segue em pleno funcionamento ([Figura 4](#)), e os periódicos a publicar cartas que pedem que a demolição seja interrompida.⁸ Em uma destas manifestações, com a manchete “As loucuras da administração municipal – um desesperado apelo contra a devastação do Castello e o aterro da Guanabara”, o jornal introduz se posicionando contra as obras da prefeitura, chamando de duplo atentado. O “leitor” afirma esperar que alguma voz de autoridade e patriótica se manifestasse contra o atentado a beleza da “majestosa Guanabara”, diz dentre outras coisas que “ser patriota é também amar e defender o que nós temos de bom e de bello. Pela nossa tradição, sempre em defesa do bem público e das nossas belezas naturaes, [...]” ([A NOITE](#), 19 de junho de 1921, p.2).

⁸ É importante sinalizar que muitos escritores, políticos e pessoas vinculadas de alguma forma ao poder em situação se tornavam anônimas em suas manifestações para assegurar que não seriam punidas. Lima Barreto, por exemplo, utilizava alguns pseudônimos para manifestar suas opiniões que poderiam sofrer alguma represália, como: “J. Caminha”, “Leitor”, “Aquele”, “Amil”, “Eran”, “Jonathan” e “Inácio Costa”. .Cf. BOTELHO (org), *Satiras e Outras Subversões*, 2016.



Figura 4 - Desmorte do Morro do Castello, ao fundo pode-se ver a Igreja de Santa Luzia ainda a beira do mar - Julio Ferrez - 1921

Fonte: Instituto Moreira Salles. Disponível em: <
<http://www.ims.com.br/ims/explore/acervo/fotografia>>. Acesso em: 4/06/2015.

Outros cidadãos percebiam que o esforço empreendido pelo município poderia dar conta de outras prioridades da urbe que seriam sanadas com somas muito inferiores às destinadas para o desmorte do Castelo e a construção da Exposição Nacional. Coelho Neto, membro da Academia Brasileira de Letras, partilhava desta perspectiva e denunciava as mazelas da educação na cidade, que poderiam ser resolvidas com o empenho que se via para empreender as obras urbanas ([A NOITE](#), 9 de agosto de 1921, p.2). Outro membro da ABL, Augusto de Lima, publica uma crônica intitulada “Lições do Mar” onde o narrador reproduzia uma conversa que teria ouvido na Avenida Beira-Mar durante uma ressaca na praia de Santa Luzia. O mar estava vermelho do proveniente dos golpes desferidos no Morro do Castelo – cujos entulhos aterravam a praia e expandiam a Ponta do Calabouço- que “a grutinha da Nossa Senhora de Lourdes não há de consentir em vir abaixo sem que os homens paguem muito caro este sacrilégio”. O cronista sublinha que os engenheiros tentavam o impossível – aterrar o que sempre alagava para a Exposição do Centenário – enquanto a natureza não colaborava contendo as chuvas nem as ressacas, atrasando ainda mais as obras:

O povo, de fundo supersticioso, attribue o mallogro do projecto da prefeitura a um castigo do céu [...] Lá se foram as obras das últimas reparações e com ellas grande parte do terreno até então poupado pelo mar na Avenida Atlantica um extenso trecho de que o mar já se apoderou e que nem nas vasantes já descobre. O mar está crescendo para o nosso lado. ([A NOITE](#), 3 de setembro de 1921, p.2).



Figura 5 - "A cidade que morre" - fotografia recolorida -s/a - 1921

Fonte: Revista Fon-Fon, 25 de dezembro de 1921, p.68.

Neste período se manifestavam as percepções que o pitoresco admirado em outras cidades, como as europeias, residia ali nas proximidades de todos. A beleza da paisagem, a simplicidade das pessoas e do cotidiano que levavam, permeado de reminiscências dos dias de outrora poderiam ser mantidos porque neles continha valor e beleza a ser apreciada e legada aqueles que estariam por vir. A legenda da [Figura 5](#), descreve o aspecto pitoresco que alguns passavam a visualizar no morro, as permanências coloniais, a simplicidade do cotidiano, livre e distante dos "não-me-toques" que vigoravam logo ao lado, na Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central):

[...]velhas casas tradicionaes a rua esconsa que deita para o mar, cordas de roupas a secar, creancas que brincam, cães vadioz que passam e ao fundo a saphira liquida da Guanabara, Dir-se-ia uma vista de Nápoles, nas ladeira sque dão para o golfo maravilhoso do alto do castello do Ovo. É um trecho do morro do Castello que as picaretas municipaes vão deitar abaixo e que os olhos dos nossos descendentes não conhecerão. (FON-FON, 25 de dezembro de 1921, p.68)(grifos meus).

Chega o ano da Exposição Internacional, aceleram-se os trabalhos de construção dos pavilhões e, ao lado, o de desmonte do Morro e de seus últimos exemplares. Quem se atentava para o que ocorria no Morro poderia perceber o fim, o “morrer pedaço a pedaço a collina histórica da cidade outrora coroada pelas cruces dos conventos tradicionaes e hoje ensanguentada de barro mexido, ferida de morte para sempre” (FONFON, 26 de agosto de 1922, p.44). Estava entre estes personagens atentos ao que ocorria no Castelo o presidente da Sociedade Central de Architectos, Morales de Los Rios, que envia para A Noite o artigo intitulado “Os attentados de lesa-arte”. Los Rios inicia dirigindo resposta a algum crítico que o atacou por se opor as alterações na Igreja do Carmo e na Igreja dos Jesuítas no Morro do Castelo (Figura 6).



Figura 6 - Demolição do Morro do Castello em curso, a direita pode-se ver a fachada da antiga Igreja dos Jesuítas – s/a – 1921

Fonte: Diário do Rio. Disponível em: < <http://diariodorio.com/historia-do-morro-do-castelo/>>. Acesso em: 04/06/2015.

O arquiteto via nas alterações realizadas nos templos um atentado “pictórico”, tingidos de “cor de lagarto” quando antes ostentavam as suas aparências originais. Ainda que se manifestasse contrariamente em alguns casos de demolição (SOUSA, 2016), Los Rios



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

transparece o seu posicionamento a favor da eliminação de alguns edifícios do Morro do Castelo, destruir o que estava em ruínas não seria uma perda se após a eliminação do Morro houvesse a reconstrução dos edifícios na planície que seria feita do Castello. O arquiteto discorda de seu crítico que afirma que alterar a obra de arte ou transferi-la de local implicam no mesmo tipo de interferência. A reprodução do elemento original, para Morales de los Rios, seria a alternativa cabível para assegurar a memória da arte que compõe a cidade, logo deveria estar intacta de interferências estéticas posteriores:

[...] não protestei contra a demolição de alguns dos edifícios do morro do Castello, como ainda agora não protesto, porque essas ruínas, reconstituídas na planície, não serão perdidas para a arte brasileira, antes serão melhor apreciadas do que o foram nesse monte. É muito diverso o caso de mudar de lugar a estatua da...Venus de Milo, por exemplo, que o pintal-a de verde! [...] Aquellas reconstituições serão um padrão de honra para a arte brasileira e essa pintura não passa de uma selvageria! ([A NOITE](#), 6 de fevereiro de 1922, p.6)

A proposta de Morales de los Rios e sua concepção de como deveria ser tratada a história da urbe encontrou em José Marianno um perspicaz opositor. Os poucos meses transcorridos entre a publicação de los Rios e a de Mariano foram suficientes para que ruíssem mais edificações castelenses. Mariano questiona no longo artigo “Esfarella-se nosso patrimônio artístico! As preocupações do modernismo destruindo impiedosamente bellezas e tradições” que as promessas feitas à Sociedade Central de Bellas Artes de que seriam oferecidas oportunidades para a documentação do antigo Colegio dos Jesuítas, no Morro do Castello ruiu por terra sem que tivesse cumprido a promessa feita pelo Sr. Morales de los Rios. A entidade de Bellas Artes estava se documentando de todos os seus pormenores para dedicar-lhe uma completa monografia, na impossibilidade de impedir a derrubada que era a alternativa restante.

Para além dos questionamentos e críticas ao arquiteto, Mariano passa a questionar a mentalidade e morosidade das instituições brasileiras em impedir o apagamento de suas tradições, já denominados pelo autor como Patrimônio Artístico Nacional. Afirma que a tutela do Estado diante dos monumentos eclesiásticos poderia ter assegurado sua manutenção mediante as sedutoras propostas da iniciativa privada. Propõe a criação de uma Inspeção de Monumentos Públicos de Arte, com a criação de lei que atribua o título de “monumento publico de arte” para edifícios, monumentos, pormenores arquitetônicos, tributação alfandegaria para exportação de ouro, prata, joias, alfaías, mobiliários antigos e azulejos para que se impeça a saída destes itens do país. Entre os textos de Mariano apreciados para esta pesquisa, notou-se que a sua percepção da cidade como testemunha da história e memória de seu povo era



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

recorrente nos seus argumentos, bem como o questionamento do atraso que o Brasil se encontrava nos esforços para proteger e valorizar sua história:

A situação atual do imenso patrimônio artístico nacional, preparado e acumulado pelas gerações passadas até o segundo Imperio, é simplesmente desoladora. Em toda parte do território nacional, onde exista vestígios da arte... dos nossos maiores, encontraremos hoje a pegada implacável de sua destruição. O passado é, por assim dizer, o pesadelo artístico do presente. [...] O que é velho não nos merece o menor acatamento, queremos uma cidade nova, garrida, polychroma, sem arte, sem caracter próprio, sem logica, porem nova. [...] Antes do sentimento de cultura artística intervir em favor da conservação da arte antiga, o simples espirito de tradição, que é a própria consciência da alma popular, tinha cercado de piedoso respeito os velhos monumentos do passado. Uma cidade não surge de improviso, como uma caravana no deserto. Uma cidade é um livro aberto de arte pública. Ella deve reflectir todas as etapas da evolução artística do povo, de maneira a permitir a critica a recomposição dos scenarios de arte das gerações anteriores. [...] Entretanto, o mais importante aspecto dessa questão é a deteccão por parte de ordens ou sociedades religiosas, de dous terços do patrimônio artístico da Nação. Nós estamos, a esse respeito, numa situação aboslutamente idêntica a do Mexico e de Portugal, apenas com a capital diferença de que nesses paizes o governo fez mão baixa sobre os bens de ordens religiosas, e nós não podemos nos aproveitar das vantagens da reacção pombalina. [O México] Assenhorou-se de todo o patrimônio artístico das ordens religiosas e collocou-o sob a tutela do Estado. Nomeou-lhes um curador que, sob o titulo de Inspetor de Monumentos Publicos de Arte, defende-os e estuda-os convenientemente. Ora, toda a nossa grandeza architectonica do passado esta ainda em mãos de ordens religiosas ou a mercê de Irmandades que, sem o menor escrúpulo, se despojam de suas alfaias, pratos, mobiliários, imagens, vendendo-as sacrilegamente aos emissários que percorrem o paiz em tenebrosas caravanas de rapinagem. (A NOITE, 4 de dezembro de 1922, p.1).

Ainda que o ano de 1922 tenha causado todo o frenesi pela Exposição e pelos rápidos avanços na derrubada do Morro - feitos a bomba d'água - a história do velho monte não havia sido totalmente encerrada. Por conta do transtorno que causaria à Exposição, a Prefeitura paralisa as atividades diárias no local, graças a isto ainda pululou entre os ditos "preservacionistas" a ideia de que se poderia salvar os dois últimos remanescentes coloniais sobre o Castello - o Hospital São Zacarias e a Igreja dos Jesuítas. Os trabalhos de demolição foram retomados no ano seguinte, sob vários protestos, cada um recorria a novos argumentos, como o publicado na revista *Ilustração Brasileira*, intitulado "A architectura orográfica da cidade do Rio de Janeiro". Dizia o autor que se a arquitetura era a mais fiel expressão do homem, revestida de estilo definido e característico nas épocas em que "havia unidade de ideias e sentimentos", e que o século vigente era de "lucta pelo modernismo", mas que isto não poderia interferir na existência dos morros da cidade, diferentes entre si e presentes nas

lendas e canções populares ([ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA](#), março de 1923, p.13-15), portanto na memória e cotidiano dos cidadãos.

Se não bastasse esta percepção da importância de um elemento urbano por pertencer às tradições populares, o autor ainda acrescenta que as belezas naturais da cidade são únicas não apenas em sua percepção mas pelas emitidas pelos visitantes forasteiros, e que o entendimento de que a natureza teria conotação negativa seria um valor retrogrado para o homem que se diz moderno, “É preciso cuidar da nossa orographia! A luz que domava o cimo de nossos morros nos tempos das caravellas, ainda está a vibrar como nas tardes dos nossos descobridores! A orografia é a moldura da cidade!” (ibid).

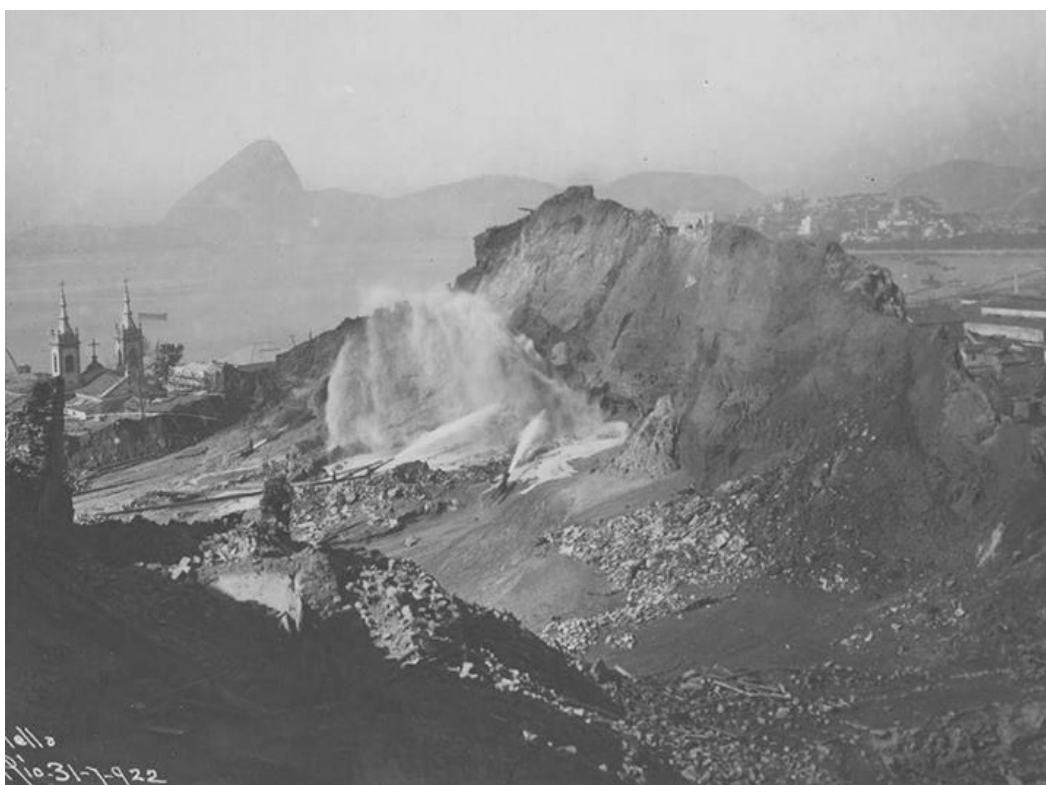


Figura 7 - Arrasamento do Morro do Castelo – Foto de Augusto Malta - 1922

Fonte: Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional – Disponível em: <
<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>, acesso em: 21/03/13.

A constância e intensidade dos trabalhos de demolição passaram a mobilizar um contingente de pessoas que interrompiam ou modulavam seus cotidianos para permanecerem por horas do dia presenciando o feito das bombas de água ([Figura 7](#)). Para a crônica



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

“Instantâneos” do jornal *Correio da Manhã*, o jornalista contabilizou cerca de trezentas pessoas “afrontando o sol causticante, admiram o espetáculo da bomba de demolição, operando contra as muralhas da ultima edificação dos jesuítas que ainda se acha de pé”, assistiam o processo em sincronia, mesmo moderadamente vibravam em unísono a cada movimentação das muralhas em resposta aos jatos de água: “ali se conserva diariamente horas e horas, na contemplação de um quadro que é sempre o mesmo, e a que não é possível dar o cunho de nenhuma novidade. Mas é um quadro de destruição.” ([CORREIO DA MANHÃ](#), 9 de maio de 1923, p.2).

A cada etapa de derrubada dos edifícios do Castelo mais cidadãos se mobilizavam. Não era de se surpreender que o demorado processo do desmonte com seus pequenos episódios fizessem parte do cotidiano dos cariocas. Dias após a bem sucedida empreitada de por abaixo a murada dos jesuítas, a crônica “A queda” passa a descrever o processo de remoção do alicerce do antigo Observatório do Morro do Castelo. Não se sabe se era o mesmo observador da descrição do dia nove de maio, mas o cronista relata que havia um grupo de espectadores habituais dos processos de demolição. A dedicação destes para assistir as demolições não pode ser atestada como um processo de despedida, mas tamanha era a assiduidade, que estes compreendiam quanto tempo demoraria em cada empreitada, e por isso o episódio narrado se fez importante. As dificuldades, o tempo e as alternativas criadas pelos operários para tentar se derrubar o alicerce mobilizaram uma urbana plateia:

Há perto de um mês, os espectadores habituaes da demolição do Morro do Castello admiravam a pertinencia com que o forte jorro da bomba hydraulica atacava um enorme alicerce do edificio colonial em que funcionou o Observatório. [...] A bomba iniciou, então, a tarefa impossível: com redobrada fúria, investiu contra o alicerce, directamente; haveria de esphacela-lo em pedacinhos, pensavam os espectadores da demolição do morro. E a grande muralha, insensibilizada pelo tempo, recebia o jorro, como se elle fosse um banho quotidiano e abundante; resistiu o primeiro dia, o segundo, o terceiro, - haveria de ceder ao menos ao quarto ou ao quinto...Mas não cedeu. No bom tempo colonial, em que o braço escravo do negro ou do índio trabalhava sob o açoite, não era penoso preparar alicerces daquela ordem, que pareciam pedaços de rochedo transportados pela mão de algum gigante miraculoso, contemporâneo dos poetas que ainda creavam gigantes para seus poemas. [...]” ([CORREIO DA MANHÃ](#), 30 de maio de 1923, p.2).

Durante os processos de demolição da cidade, a revista O Malho sempre se manifestava positivamente diante das empreitadas promovidas pela edilidade. Curiosamente, quando se encerraram as demolições e havia restado do Morro apenas a Ladeira da Misericórdia, a seção de Bellas Artes do periódico passou a reagir de modo consternado a



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

arquitetura que ele mesmo havia ajudado a promover. Resgata o Castelo retornava ao status de “berço de nossa tradição”, mas que infelizmente havia recebido “seu golpe de morte” e afirma preocupação ao que vinha sendo construído na cidade que atestava que o “Rio de Janeiro é o paraíso dos falhos do bom gosto” e que “a falta de gosto reinante é apenas o reflexo dos absurdos e das incoerências observadas a cada passo e todos os dias” ([O MALHO](#), 26 de janeiro de 1924, p.44).

Fruto de uma recomposição da memória da maioria dos cidadãos, Morro transformado em Esplanada hoje já não é mais mencionado como elemento formador da cidadã ([NONATO, SANTOS](#), 2000, p. XV). A campanha feita para pormenorizar a tradição, as pessoas e a arte existente no morro, reconstituíam a sua imagem na memória dos cidadãos, que se torna coletiva é também um instrumento de poder ([LE GOFF](#), 1990, p.477). O processo de esquecimento do morro se inicia no plano imaginário, posto abaixo antes mesmo das picaretas, bombas d’água, o lamaçal e poeira de detritos formarem parte do cotidiano carioca. O argumento acerca da circulação dos ventos na cidade foi derrubado junto ao Morro, quando em sua Esplanada – que permaneceu ociosa até o final da década de 1920 – passou a ser ocupada lentamente por edifícios que formaram barreira de igual efeito contra os ventos. Tornava-se realidade o que havia condenado Carlos Sampaio, ex-prefeito do Rio, sobre como deveria ser ocupada a sua grande obra na cidade: a Esplanada do Castelo ([SAMPAIO apud KESSEL](#), 2002, p.125).

5. Escombros, memórias e apagamentos: à guisa de conclusão

As três primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas pelas obras de melhoramentos urbanos que mobilizavam muitos eventos de demolição, direta ou indiretamente, sob a égide da “destruição construtiva”. Mas que tipo de construção haveria se esta não fosse uma adição ao que já era existente? Era uma sobreposição de temporalidades moderadas pelos interesses daqueles que sob o manto do “progresso” extirpavam de seus domínios os elementos remanescentes daqueles que por eles foram superados. Colônia e Império, superadas pela República não poderiam coexistir materialmente se nas esferas política, social e econômica. Era no campo material e cultural que se asseguraria um dos marcos de sua existência, delineando novos contornos para memória e identidade dos cidadãos.

Por vezes o cidadão que presenciava as mutilações feitas na urbe alterava seu cotidiano para observar o que se empreendia. As ações para vivenciar a urbe compreendiam: assistir a uma demolição, visitar os edifícios em seus últimos momentos, fotografá-los em sua



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

transfiguração rumo aos vestígios, publicar sua história com o edifício ou ainda a história do próprio edifício. Está neste contexto, ainda, o ato do cidadão questionar o que estava sendo feito pelo Estado e Município, por entender que aquela alternativa não seria a mais favorável a todos por privar as gerações futuras de fatos concretos de sua história. Consistem estes atos no esforço de se perenizar, ao menos em uma das dimensões da realidade – mesmo que esta fosse uma operação mnemônica individual – a existência do que se sabia que deixaria de existir em um futuro próximo.

A elaboração de ritos de despedida se manifestaram nos episódios de demolição aqui analisados. Para o Castello, em 1905, muitos se muniam de coragem e avançavam pelas ladeiras rumo ao seu cimo, de onde poderiam ver a cidade da qual os castelenses não podiam fazer parte. A partir de 1920, a perspectiva da colina é feita a distância, a demorada derrubada acabou por fazer parte do cotidiano carioca e muitos “especialistas” em demolições se aglomeravam em ângulos favoráveis para assistir à operação. Havia um breve *enlutamento* pelo desaparecimento do Morro ou por algum de seus edifícios. O pesar se vinculava a uma perda que parecia não se mensurar ao certo de que se tratava, pois havia consolo de que o que se daria lugar ao surgimento do novo.

As representações das cidades coloniais foram, durante muito tempo, negativas. Mas, além disto, às parcelas populares foram relegadas as reminiscências da urbe colonial. Não raro, as áreas consideradas em degradação física interseccionavam as áreas ocupadas pelas parcelas populares e assim ambas passam a ser vistas de forma que tendia a unificá-las, eram a causa do atraso, associada à insalubridade, fealdade e insubordinação. O caso do Castello ocorrido pela pressão econômica, social e política para extirpar a reminiscência incômoda das vistas dos novos ocupantes da área central da cidade. Ainda que as demolições ocorridas nos melhoramentos urbanos fossem conduzidas por demandas espaciais e estéticas, são as permanências subjacentes que elas trazem que impulsionaram os primeiros golpes. As fachadas em desgaste e as ruas estreitas apenas compõem um cenário de tensões sociais entre os habitantes, os usuários tradicionais e os aspirantes a reocupá-los. Quando associado ao segundo fator – o espacial – as motivações demolidoras não residem apenas na necessidade de expansão, alargamento ou reconfiguração dos lotes, pois há em seu cerne a intenção de provocar o apagamento daquilo que não corrobora com o imaginário criado para aquela região da urbe.

É importante compreender que o contexto observado apresenta a transferência de influências e marcadores de poder no espaço físico das cidades. O desenvolvimento das urbes no Brasil esteve por muito tempo vinculado diretamente à influência da religião católica, que ia



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

além do cotidiano dos cidadãos: deixava marcas na paisagem urbanas das aglomerações espalhadas pelo país (TEIXEIRA, 2009, p.27). A vinculação entre Estado e Igreja perdeu força significativa a partir da Proclamação da República no último quartel do século XIX. Este processo – a Secularização – teve manifestação direta no espaço físico das cidades, que passou a adotar símbolos, datas e personagens vinculados aos ideais republicanos na época recém-constituídos no Brasil. A formulação de uma cidade cívica, republicana, se encaminhava para representações laicas, voltadas, mormente, para elementos e signos oriundos das novas aspirações políticas e culturais vigentes. A secularização de muitos espaços poderia resultar na simples alteração da nomenclatura de logradouros, mas também, como se manifesta nesta pesquisa, no deslocamento de espaços anteriormente tidos como sagrados – quase intocáveis – que davam lugar aos novos signos de modernidade e civilidade pretendidos para o novo regime político.

Referências

- ANDREATTA, Verena Vicentini. **Cidades Quadradas Paraísos Circulares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- ASSIS, Machado de. **Isaú e Jacó** (1904). In ASSIS, Machado. Obras completas. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1994.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: Formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.
- BILAC, Olavo. **Chronica**. Jornal Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 05.nov.1905.
- BRENNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos – uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1985.
- BURKE, Peter. **Variiedades da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- EDMUNDO, Luis. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2003.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do Rei**. Anais do III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Carlos: Mestrado em Arquitetura – USP/ São Carlos, 1994. Pp.1-22.
- _____. **A Ordem Religiosa no Rio de Janeiro Colonial**. [Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. V.1, n.1](#). Campinas(SP): 2006. Pp.1-21.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAROCHE, Claudine. **A condição sensível: formas e maneiras de ver e sentir no Ocidente**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

KESSEL, Carlos. **Entre o Pastiche e a Modernidade:** Arquitetura Neocolonial no Brasil. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2002.

_____. **Os Tesouros do Morro Do Castelo:** Ouro dos Jesuítas no Imaginário do Rio de Janeiro. Revista de História Regional. Ponta Grossa (PR): PPGH/UEPG, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2041>>. Acesso em: 31/03/2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed.UNICAMP, 1990.

MENDONÇA, Clemente José. **Memória e Projeto da derrubada e arrazamento do Morro do Castelo desta cidade.** (manuscrito). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1839.

NONATO, José A. e SANTOS, Nubia M. Era uma vez O Morro do Castelo. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 2ª edição.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Esse mundo verdadeiro de coisas de mentira:** entre a arte e a história. Estudos Históricos. nº30. Rio de Janeiro, 2002(a). p.56-75.

_____. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002(b).

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia:** difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia:** difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2. ed. Salvador: EDUFBA/FAPESB, 2011.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento.** Palestra apresentada na Conferência Internacional "Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism". Hungria: Budapeste, março de 2003. Fonte: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia>. Acesso em: 27/12/14.

SOUSA, Rebeca Grilo. **Escombros e Vestígios:** Os debates sobre os arrasamentos nas reformas urbanas das cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife no início do século XX), (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, Natal: 2016.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens.** A secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

FONTES PRIMÁRIAS:

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. Disponível na Biblioteca Virtual da USP em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/>>. Acesso em: 20/02/13.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8650475

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. 10ª edição.

_____. Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá. **São Paulo**: Edição Revista do Brasil, 1919. Disponível na Biblioteca Virtual da USP em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00123200>>. Acesso em: 04/03/12.

PERIÓDICOS⁹

A NOITE, 19 de junho de 1921, p.2

A NOITE, 9 de agosto de 1921, p.2

A NOITE, 3 de setembro de 1921, p.2

A NOITE, 6 de dezembro de 1922, p.1

A NOITE, 6 de fevereiro de 1922, p.6

A NOITE, 4 de dezembro de 1922, p.1

A UNIÃO, 15 de janeiro de 1920, p.1

CORREIO DA MANHÃ, 11 de janeiro de 1920, p.3

CORREIO DA MANHÃ, 2 de junho de 1920, p. 1

CORREIO DA MANHÃ, 9 de maio de 1923, p.2

CORREIO DA MANHÃ, 30 de maio de 1923, p.2

FON-FON, 25 de dezembro de 1921, p.68

FONFON, 26 de agosto de 1922, p.44

ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, março de 1923, p.13-15

O MALHO, 6 de maio de 1904.

O MALHO, 11 de setembro de 1920, p.15

O MALHO, 26 de janeiro de 1924, p.44

O PATRIOTA, Jornal Litterario, Político, Mercantil & do Rio de Janeiro. Janeiro de 1813, nº1, p.1-64.

O PAIZ, 21 abril de 1907, p.1

O PAIZ, 25 de outubro de 1905, p.5.

⁹ Os periódicos foram coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <bndigital.bn.gov.br/acervodigital/> acessado entre 21/08/2012 e 15/06/2016. Excetuando-se pelas séries da revista O Malho, que estão disponíveis no link <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/?lk=15#>> acessados no mesmo período.